

Ofício nº 203/2018/AA-CD-ANA
Documento nº 00000.068182/2018-53

Brasília, 14 de novembro de 2018.

A Sua Senhoria o Senhor
Jair Vieira Tannus Junior
Secretário-Executivo
Conselho Nacional de Recursos Hídricos
SEPN, Quadra 505, Lote 02, Edf. Marie Prendi Cruz, 1º Andar
70.730-540 – Brasília – DF

Assunto: **Oitiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos sobre o Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - PISF.**
Referência: Processo ANA nº 02501.000006/2001.

Senhor Secretário,

1. Em atenção ao disposto no art. 5º, §2º, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, que versa sobre a oitiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH para a prorrogação dos prazos de início e conclusão da implantação de empreendimento definidos no ato de outorga de direito de uso de recursos hídricos, quando o porte e a importância social e econômica do empreendimento o justificar, encaminho-lhe cópia do pedido de prorrogação do prazo solicitado pelo Ministério da Integração Nacional para entrada em operação do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISFⁱ.
2. Dessa forma, solicitamos a oitiva do CNRH em sua próxima reunião plenária.
3. Na oportunidade renovo a Vossa Senhoria meus protestos de elevada estima e distinta consideração, colocando-me à disposição para informações adicionais, se necessárias.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
CHRISTIANNE DIAS FERREIRA
Diretora-Presidente

ⁱ Os anexos da Nota Técnica nº 11/2018/DPE/SIH-MI estão disponíveis no endereço: https://integracao-my.sharepoint.com/:f/g/person/rafael_souza_integracao.gov.br/Eilzenw1RbRAn8Z_Xd9OD3cBOL1s_rHIFtOzQDEcVulasQ?e=hID34m





MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA
DEPARTAMENTO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS

Nota Técnica nº 11/2018/DPE/SIH-MI

Brasília, 14 de novembro de 2018.

Referência: 59614.000344/2018-81

1. **OBJETIVO**

1. **Por solicitação da Secretaria de Infraestrutura Hídrica, elaboramos a presente nota técnica em substituição à nota técnica nº 31/2018/CGAOH/DPE/SIH-MI (documento SEI nº 1033928) com o objetivo de subsidiar o pedido de ampliação do prazo para início de operação estabelecido na outorga de direito de uso dos recursos hídricos do Rio São Francisco para execução do Projeto de Integração do Rio São Francisco com bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF, disciplinado pela Agência Nacional de Águas – ANA, na Resolução ANA nº 411, de 22 de setembro de 2005, em sua condicionante III do art. 4º.**

2. **OUTORGA PISF**

2. A Resolução ANA nº 411, de 26 de setembro de 2005, outorga ao Ministério da Integração Nacional (MI) o direito de uso de recursos hídricos do rio São Francisco, por vinte anos, para captação de água nas seguintes condições:

Vazão firme) disponível para bombeamento de 26,4 m³/s, a qualquer tempo, correspondente à demanda projetada para o ano de 2025 para consumo humano e dessedentação animal na região; e

Vazão excepcional de 127,0 m³/s quando o reservatório sobradinho estiver em condições muito favoráveis de oferta hídrica.

3. O art. 4º desta Resolução estabelece que a outorga poderá ser suspensa, parcial ou totalmente, em definitivo ou por tempo determinado por descumprimento das seguintes condicionantes, *in verbis*:

“I - Instituição, de acordo com o Termo de Compromisso assinado pelo Governo Federal e Estados receptores, do Sistema de Gestão do Projeto de Integração de Bacias, até 31 de dezembro de 2006;

II - Início da implantação física do empreendimento em até dois anos, contados da data de publicação desta Resolução;

III - Início da operação da primeira fase do empreendimento em até seis anos, contados da data de publicação desta Resolução; e

IV - Implantação, até o início da operação da primeira fase do empreendimento, da cobrança pelo serviço de adução de água bruta, no âmbito da União e dos Estados beneficiados, com valores que

cubram os custos de operação e manutenção do empreendimento.”

4. A Lei nº 9.984, de 2000, em seu art. 5º, § 2º, permite que a ANA amplie o prazo para início da operação do empreendimento:

“Art. 5º Nas outorgas de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União, serão respeitados os seguintes limites de prazos, contados da data de publicação dos respectivos atos administrativos de autorização:

I – até dois anos, para início da implantação do empreendimento objeto da outorga;

II – até seis anos, para conclusão da implantação do empreendimento projetado;

III – até trinta e cinco anos, para vigência da outorga de direito de uso.

§ 1º Os prazos de vigência das outorgas de direito de uso de recursos hídricos serão fixados em função da natureza e do porte do empreendimento, levando-se em consideração, quando for o caso, o período de retorno do investimento.

§ 2º Os prazos a que se referem os incisos I e II poderão ser ampliados, quando o porte e a importância social e econômica do empreendimento o justificar, ouvido o Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

§ 3º O prazo de que trata o inciso III poderá ser prorrogado, pela ANA, respeitando-se as prioridades estabelecidas nos Planos de Recursos Hídricos.

§ 4º As outorgas de direito de uso de recursos hídricos para concessionárias e autorizadas de serviços públicos e de geração de energia hidrelétrica vigorarão por prazos coincidentes com os dos correspondentes contratos de concessão ou atos administrativos de autorização.” (grifo nosso)

5. O prazo estabelecido inicialmente na condicionante III, art. 4º da Resolução ANA nº 411 foi até 26 de setembro de 2011, sendo prorrogado por três anos através da Resolução ANA nº 37, de 13 de fevereiro de 2012, por mais dois anos pela Resolução ANA nº 1202, de 18 de agosto de 2014, por mais 18 meses pela Resolução ANA nº 1133, de 19 de setembro de 2016, e por fim, por meio da Outorga nº 301, de 15 de março de 2018, foi prorrogado até **31 de dezembro de 2018**, sendo este o prazo atual para início de operação da primeira fase do PISF e implantação da cobrança pelo serviço de adução de água bruta, no âmbito da União e dos Estados beneficiados, com valores que cubram os custos de operação e manutenção do empreendimento (anexos 1 a 5 - doc. SEI 1051083).

3. IMPLANTAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

3.1. Histórico

6. Inicialmente o Governo Federal estimou a conclusão das obras do PISF para o ano de 2012. Contudo, diante da complexidade de execução do empreendimento, que envolve a construção de 477 km de canais, 4 túneis, 14 aquedutos, 9 estações de bombeamento, 27 reservatórios, 9 subestações de 230kV, além de 270 km de linhas de transmissão em alta tensão, o cronograma da obra em geral não permitiu atender a previsão inicial.

7. Em 2007, o Ministério da Integração Nacional (MI) realizou a licitação do PISF com o Projeto Básico da obra, conforme previsto na Legislação vigente e após análise do Tribunal de Contas da União (TCU). Ao longo da sua execução, com o detalhamento do projeto básico por meio do projeto executivo, foi necessário incluir novos serviços que não estavam contemplados nos contratos já celebrados.

8. Diante do surgimento desses novos serviços e a partir das diferenças entre o Projeto Executivo e o Projeto Básico, foi necessário renegociar os contratos em 2011 e 2012, ocasionando a necessidade de novas licitações.

9. Ainda em 2012, em atenção às recomendações do Tribunal de Contas da União, o Ministério da Integração Nacional tomou providências para melhoria da gestão do empreendimento. Foi criada em Recife a Coordenação Geral de Acompanhamento de Obras e

Fiscalização, instituídas reuniões de monitoramento mensal junto às contratadas e alterado o modelo de contratação das supervisoras de obra.

10. Além das dificuldades já pontuadas, o Ministério teve que superar desafios como:

- conclusão de procedimentos de desapropriação em áreas que possuíam grande número de propriedades sem documentações das terras e conflitos sociais na faixa de obra;
- correção de interferências das obras com outras estruturas já existentes (estradas, rodovias, linhas de transmissão de energia, aglomerados rurais e urbanos, adutoras de água, entre outros); e
- gestão da grande quantidade de contratos firmados, com baixo contingente de técnicos. Até o ano de 2012 já haviam sido firmados 57 contratos com mais de 90 empresas envolvidas para execução de obras, supervisão, gerenciamento e fornecimento de equipamentos elétricos e hidromecânicos. Atualizando estes dados para 2018, são mais de 100 contratos firmados.

11. O Ministério da Integração Nacional estabeleceu então novo modelo de licitação, contratação e acompanhamento dos trechos de obras definindo três Metas em cada Eixo. No segundo semestre de 2013 o MI concluiu os procedimentos licitatórios para a contratação dos saldos remanescentes de obra necessários para conclusão do empreendimento, remobilizando todas as frentes de serviço do empreendimento necessárias para sua conclusão. Desta forma, com base nos cronogramas contratuais de execução das empresas previu-se a conclusão do empreendimento para 2015.

12. Em face dos novos procedimentos adotados os resultados alcançados foram reconhecidos inclusive pelos órgãos de controle, conforme registrado na audiência pública no Senado Federal ocorrida em 06/05/2014, na qual foi apresentada a execução das obras do PISF.

13. Em 2016, o planejamento de entrega das obras sofreu novo ajuste tendo em vista componentes alheios à governabilidade do Ministério da Integração Nacional, tais como: desempenho das empresas contratadas e greves pontuais em alguns trechos de obras. Sendo assim, após revisão e novos ajustes, o planejamento foi revisto e foi prevista entrega do empreendimento a partir do ano de 2016, com conclusão final do enchimento dos reservatórios ao longo de 2017.

3.2. **Eixo Norte**

14. No Eixo Norte ocorreram imprevistos nas obras da Meta 1N, que ficaram paralisadas por um período em função da situação da construtora Mendes Júnior, responsável pela execução deste trecho. Em junho de 2016 a construtora comunicou ao MI a sua impossibilidade de cumprimento dos contratos firmados. O motivo alegado foi que a declaração de inidoneidade da empresa por parte do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) prejudicou sua capacidade financeira para levar os compromissos à frente.

15. O contrato com a referida empresa teve de ser rescindido e o MI licitou os remanescentes de obra da Meta 1N e em 20 de junho de 2017 foi emitida Ordem de Serviço para o consórcio Emsa-Siton, com prazo de execução previsto de 12 meses.

16. O consórcio Emsa-Siton não teve a mobilização esperada mostrando-se incapaz de cumprir seus compromissos junto ao MI, então o Ministério teve de proceder mais uma vez à rescisão contratual em 25/04/2018, contratando por fim, em 04/05/2018 o consórcio Ferreira-Guedes - Toniolo, com prazo de execução dos serviços de 12 meses a partir da emissão da ordem de serviço. Até o momento o consórcio Ferreira-Guedes encontra-se mobilizado e apresenta adequado ritmo de obras.

17. Após a retomada das obras foi estabelecida a meta de conclusão do caminho das águas até o reservatório Jati (CE) no 3º trimestre de 2018. Porém em agosto de 2018 ocorreu um evento de percolação de água em quantidades acima do esperado juntamente com carreamento de material no corpo do dique do canal WBS 1217 (CN 13). O dique está localizado entre a EBI-3 e

o Reservatório Negreiros e sua recuperação exige que seja interrompida a condução de água pela infraestrutura, impossibilitando o cumprimento da meta estabelecida para entrega de água no Ceará. As intervenções necessárias para correção da não-conformidade já estão em andamento com previsão de retomada do bombeamento no início de 2019.

18. O Eixo Norte encontra-se com 95,60% de execução física, sendo:

- Etapa 1N (Cabrobó/PE a Jati/CE): 96,15%;
- Etapa 2N (Jati/CE a Brejo Santo/CE): 99,03%;
- Etapa 3N (Brejo Santo/CE a Cajazeiras/PB): 98,69%

3.3. Estágio Atual – Eixo Leste

19. Em março de 2017 o Eixo Leste atingiu 100% de execução operacional (caminho das águas), percentual que considera apenas as estruturas diretamente envolvidas na a passagem da água.

20. Em 30/03/2016 foi obtida a Autorização de Testes e Comissionamento para o Eixo Norte até o Reservatório Caiçaras e para o Eixo Leste até a Adutora Monteiro, e em 03 de março de 2017 foi conseguida a permissão para os trechos entre a adutora Monteiro e o Açude Poções (Leste) assim como entre o Reservatório Caiçaras e o Açude Engenheiro Ávidos (Norte).

21. Em 10/03/2017 o Ministério da Integração Nacional começou a liberar água aduzida do Rio São Francisco pelo PISF no desemboque do Eixo Leste em Monteiro (PB), o que permitiu a chegada de água do PISF ao açude Boqueirão (PB) em abril de 2017, contribuindo para que a região saísse de um severo racionamento de água. Foi iniciada também entrega de água no reservatório de Campos, beneficiando o abastecimento da cidade de Sertânia (PE).

22. Em 17/11/2017 foram iniciados os testes no Reservatório Muquém, com abertura de sua tomada d'água possibilitando o abastecimento do Reservatório Barra do Juá (PE), e consequentemente o município de Floresta (PE).

23. Em dezembro de 2017 foi emitida ordem de serviço para empresa contratada para os serviços de pré-operação do PISF que desde então tem se responsabilizado pela pré-operação do Eixo Leste.

24. Em março de 2018 foi tomada a decisão de interrupção do bombeamento deste Eixo com a finalidade de concluir as obras nos reservatórios Poções e Camalau. Durante esta interrupção foram realizadas diversas intervenções necessárias para corrigir falhas identificadas.

25. O bombeamento do sistema foi retomado em setembro de 2018, quando foram iniciados os testes no Reservatório Moxotó, com derivação de água para Adutora Moxotó-Arcoverde.

3.4. Conclusão Física do Empreendimento

26. A conclusão física do Eixo Norte está prevista para maio de 2019, prazo contratual do Consórcio Ferreira-Guedes - Toniolo e, embora o MI esteja envidando todos os esforços, o cumprimento deste prazo depende de componentes alheios à sua governabilidade, como a dificuldade orçamentária, a capacidade operacional das construtoras entre outros pontos críticos a serem vencidos. Porém, aqui cabe destacar o tempo necessário para enchimento de todos reservatórios e por consequência o tempo necessário para os testes e pré-operação do sistema é superior a 1 ano.

27. **Em relação ao Eixo Leste, o repasse financeiro para conclusão das obras no exercício 2018 foi prejudicado diante das dificuldades econômicas enfrentadas pelo país, não sendo possível concluir todas as pendências neste ano. Para conclusão das obras em**

2018 seriam necessários aproximadamente R\$ 280 mi, estando disponível para liquidação somente R\$ 164 mi.

28. Das não conformidades identificadas no período de pré-operação foram recuperadas as estruturas que impediam o caminho das águas: Barreiros, Cacimba Nova e Aqueduto Jacaré, permitindo a retomada da pré-operação.

29. Porém, a alta direção do Governo Federal, juntamente com a ANA, entende que para uma operação comercial adequada, não é suficiente que apenas as estruturas necessárias para passagem das águas estejam concluídas, o trecho deve estar em plena funcionalidade, permitindo uma operação eficiente e segura.

30. Para alcançar este estágio, estão pendentes os serviços relacionados abaixo:

- Recuperação dos reservatórios Braúnas e Barro Branco;
- Reparo eletromecânico nas EBVs 5 e 6;
- Obras de drenagem; e
- Proteção de taludes nas estações de bombeamento.

31. **A previsão é que estes serviços sejam concluídos em 2019, porém fazemos um alerta quanto a questão orçamentária. Conforme informado no item 27, dos R\$ 280 mi necessários para conclusão das obras, estão pendentes R\$ 116 mi. A PLOA 2019 prevê R\$ 110 mi para o Eixo Leste do PISF, incluindo as obras e os serviços ambientais. Portanto há um risco de um possível déficit quanto ao valor necessário para as obras, sendo preciso envidar esforços para garantir o orçamento integral.**

4. **INÍCIO DE OPERAÇÃO COMERCIAL DO PISF**

32. De acordo com resolução ANA nº 2.333/2017 (anexo 6 - doc. SEI 1051083) que "Dispõe sobre as condições gerais de prestação do serviço de adução de água bruta pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf, no âmbito do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - PISF", a "Operadora Federal poderá dar início à operação comercial com cobrança de tarifas, mesmo que de forma parcial, após assinatura do contrato entre a Operadora Federal e a Operadora Estadual, aprovação do PGA pela ANA e comprovação da instalação, calibração e testes dos equipamentos de medição de vazões situados nas estações de bombeamento e nos Pontos de Entrega ativos no trecho que entrará em operação comercial".

33. Portanto, desde que a infraestrutura esteja em boas condições de funcionamento, o início da operação comercial se configura a partir da consecução dos itens de gestão abaixo relacionados:

- Emissão da Licença de Operação;
- Aprovação do Plano de Gestão Anual – PGA;
- Instalação e aferição de medidores de vazão;
- Assunção da Operadora Federal; e
- Assinatura do contrato de prestação do serviço de adução de água bruta do PISF e início da cobrança de tarifas.

34. No ano de 2018 destacamos avanços importantes nestes pontos:

Licença de Operação: Em outubro de 2018 o Ibama concedeu a **Licença de Operação nº 1464/2018** (anexo 7 - doc. SEI 1051083) para o Eixo Leste;

Plano de Gestão Anual 2018: O PGA 2018 foi aprovado pela ANA por meio da resolução nº 63, de 04 de setembro de 2018 (anexo 8 - doc. SEI 1051083); e

Tarifas para prestação do serviço de adução de água bruta do PISF para o ano de 2018: As tarifas para o ano de 2018 foram aprovadas pela ANA por meio da resolução nº 67, de 11 de setembro de 2018 (anexo 9 - doc. SEI 1051083).

35. Quanto à **instalação e aferição dos medidores de vazão**, informamos que os medidores dos principais portais se encontram em pleno funcionamento, como por exemplo na saída de Monteiro. Ainda não foram ligados e aferidos os medidores de todos os portais do Eixo Leste por questão de segurança, porém é um serviço de simples execução e que será executado concomitante à assunção da Operadora Federal e instalação de vigilância.

36. A respeito da **assunção da Operadora Federal**, em reunião na Casa Civil da Presidência da República, em 11 de outubro de 2018, representantes da Codevasf informaram que está prevista para o início de dezembro de 2018 a contratação de empresa para prestar os serviços de O&M necessários para que esta Companhia opere o PISF. Após esta contratação, será possível que a Codevasf, na figura de Operadora Federal, acompanhe a pré-operação e participe da transferência de conhecimento pela atual pré-operadora enquanto se prepara para formalizar Termo de Assunção da infraestrutura do PISF, quando a infraestrutura estiver adequada para tal.

37. Portanto dos itens de gestão relacionados no parágrafo 34, temos pendência quanto a assinatura do contrato de prestação dos serviços de adução de água bruta, o que será abordado a seguir.

4.1. **Contrato de Prestação dos Serviços de Adução de Água Bruta do PISF**

38. Desde 2004 foram realizados diversos estudos e tratativas em busca de uma solução para o Sistema de Gestão do PISF (SGIB). Todo este histórico está relatado na Nota Técnica nº 17/2017/CGAOH/DPE/SIH (anexo 10 - doc. SEI 1051083).

39. Destacamos que nos anos de 2017 e 2018 o Ministério da Integração Nacional, no papel de coordenador do Conselho Gestor do PISF, intensificou as tratativas com os demais atores do SGIB, tendo realizado 7 reuniões ordinárias do CGPISF, além de diversas reuniões realizadas junto à Casa Civil da Presidência da República, das quais destacamos reunião entre os Ministros da Casa Civil e da Integração Nacional e os Governadores dos quatro Estados beneficiados pelas águas do PISF.

40. Durante as tratativas junto aos Estados no ano de 2017, o Governo Federal sempre teve como premissa a premente necessidade de firmar contrato entre a Operadora Federal e as Operadoras Estaduais em 2017, tendo em vista atender ao prazo para início de operação comercial estabelecido na outorga de direito de uso de recursos hídricos. As negociações apontaram que o tempo para a implantação de uma solução não poderia ser um limitador no desenho do melhor arranjo para a gestão do PISF. Nas tratativas em anos anteriores, arranjos mais robustos foram descartados em decorrência da necessidade de maior tempo de implementação, o que não se mostrou eficaz.

41. Sendo assim, na 8ª reunião ordinária do CGPISF, realizada em 13 de dezembro de 2017, o Governo Federal fez uma proposta aos Estados combinando solução para curto e médio prazo.

42. As negociações ao longo de 2017 sempre esbarraram em falta de convergência dos diversos atores em relação ao modelo de garantias. Em função do desacordo a respeito da viabilidade das alternativas para o segundo nível de garantia do contrato de prestação do serviço de adução de água bruta do PISF (histórico completo vide Nota Técnica nº 17/2017/CGAOH/DPE/SIH - anexo 10 - doc. SEI 1051083), a União apresentou a proposta de um contrato temporário com apenas um nível de garantia (curto prazo) e a constituição de um Consórcio Público (médio prazo) formado pelos Estados beneficiados para a gestão associada do PISF.

43. Cabe destacar que o contrato condiciona o início da cobrança das tarifas à assunção do empreendimento pela Operadora Federal e efetiva disponibilização de água nos pontos de entrega à Operadora Estadual. Pois não seria razoável aguardar a assunção da Operadora Federal para então proceder com a assinatura do contrato, era necessário que as ações fossem desenvolvidas paralelamente, com vistas a atender ao prazo da condicionante de início de operação dado pela outorga.

44. Na referida reunião ficou acordado que o MI enviaria aos Estados Receptores, até o dia 15/12/2017, a versão atualizada da minuta do contrato. Assim, no dia 15 de dezembro de 2017, foi encaminhada (anexo 11 - doc. SEI 1051083) a versão consolidada com as alterações propostas para cada um dos Conselheiros dos Estados Receptores no Conselho Gestor do PISF, a fim de que estes a analisassem, enviassem novas contribuições ou prestassem a anuência à minuta encaminhada. Destaca-se que o ofício enviado solicitou uma manifestação sobre a minuta de contrato até o dia 21/12/2017.

45. Expirado o prazo de manifestação acordado, o MI não recebeu posicionamento em contrário ou novas contribuições, entendendo que a minuta enviada havia sido aprovada tacitamente. Desta maneira, em 09 de janeiro de 2018 foi solicitado por meio de Ofícios (anexo 12 - doc. SEI 1051083) os dados dos signatários do contrato que estariam representando o Estado Interveniente, o Operador Estadual de recursos hídricos em cada Estado, e a Operadora Federal, solicitando célere resposta com vistas a realizar o evento de assinatura do contrato na semana de 22 a 26 de janeiro de 2018.

46. A Codevasf, na figura de Operadora Federal, encaminhou através do Ofício nº 023/2018/PR/GB (anexo 13 - doc. SEI 1051083) os dados conforme solicitado, encaminhando também Despacho de sua assessoria jurídica, estando de acordo com a minuta do contrato.

47. A **Compesa**, operadora estadual de Pernambuco, se manifestou por meio do Ofício CT/COMPESA/DPR nº 1022657 (anexo 14 - doc. SEI 1051083) alegando desconhecimento da tarifa, discordância das garantias da minuta de contrato e *"descumprimento do Termo de Compromisso para a Garantia da Operação Sustentável do Projeto de Integração do PISF, firmado em 01/09/2005, no que diz respeito a construção das obras pactuadas com o Estado de Pernambuco e que são imprescindíveis para que as águas da transposição cheguem à população"*. Desta maneira, informam ser *"inviável o Estado de Pernambuco firmar esse Contrato com a CODEVASF, apesar de permanecermos interessados em buscar caminhos para um entendimento e desta forma atender aos interesses do Estado de Pernambuco"*

48. A **Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará - SRH/CE** se manifestou por meio do Ofício nº 33/2018/GS-CE (anexo 15 - doc. SEI 1051083) informando impossibilidade de assinar o contrato. Dentre os motivos alegados está a inexistência de previsão de receita no orçamento da COGERH pelo fato de não haver um Plano de Gestão Anual - PGA para o exercício 2018, e consequentemente não terem conhecimento das tarifas. Alegam também que a cláusula oitava do contrato, que dispunha sobre as garantias ainda se encontrava em fase de negociação. Portanto *"propõe pela continuidade das negociações, propondo inclusive, a análise de outras modelagens jurídicas, vide a possibilidade de criação de consórcio administrativo, envolvendo todos os Entes Federativos que dele participam, para tomar efetiva a operacionalização do PISF"*.

49. Os demais Estados e Operadoras Estaduais não se manifestaram.

50. Após esta tentativa, a União optou por realizar negociações específicas com cada Estado, centrando esforços com o Estado da Paraíba, considerando que o estado já estava recebendo água proveniente do PISF desde 2017, ainda que em regime de pré-operação. Portanto a efetivação do contrato entre a Operadora Federal e esta Unidade da Federação apresentava caráter mais premente. Estas negociações foram lideradas pela Casa Civil da Presidência da República.

51. O estado da Paraíba, por intermédio da Secretaria da Infraestrutura e dos Recursos Hídricos, encaminhou, mediante mensagem eletrônica, de 9 de junho de 2018 (anexo 16 - doc. SEI 1051083) minuta de Projeto de Lei que institui o Sistema Estadual de Operação do PISF com Bacias Hidrográficas do Estado da Paraíba e o Fundo Estadual de Segurança Hídrica, bem como proposta para o contrato de prestação de serviços de adução de água bruta. Porém, em seguida, durante a 9ª reunião do Conselho Gestor do PISF (vide transcrição da reunião - anexo 17 - doc. SEI 1051083), em 18 de julho de 2018, o representante do Estado da Paraíba informou que a procuradoria do estado havia se manifestado de maneira desfavorável à proposta que foi apresentada. A partir desta informação, a União entendeu que a proposta enviada não cabia mais, por não haver aval jurídico do próprio estado.

52. Com a proximidade da data limite para início de operação comercial e não havendo perspectivas concretas para assinatura do contrato, em 11 de outubro de 2018, o Secretário de Infraestrutura Hídrica do MI encaminhou ofício (anexo 18 - doc. SEI 1051083) aos quatro estados solicitando novamente posicionamento a respeito da assinatura do contrato, cuja minuta vem sendo exaustivamente debatida desde 2016.

53. Foi ressaltado que a versão final apresentada em dezembro de 2017 se trata de um contrato temporário (24 meses) com somente um nível de garantia (conta garantia composta por aporte inicial e adicional tarifário), demonstrando a grande flexibilização da União, durante as negociações, quanto às garantias oferecidas pelos Estados.

54. Foi solicitado que os Estados se manifestassem até o dia 22/10/2018 conclusivamente a respeito da viabilidade de assinatura do contrato até o dia 31/12/2018.

55. Antes de esgotado o prazo para resposta dos Estados, foi realizada a 10ª reunião do CGPISF, onde mais uma vez foi enfatizada a necessidade de assinatura do contrato até 31/12/2018 para que fosse possível criar as condições para cumprimento das condicionantes estabelecidas na outorga de direito de uso de recursos hídricos do PISF, sempre destacando que não caberia mais continuar a pré-operação do Eixo Leste, sendo premente avançar para operação comercial.

56. O Estado da Paraíba se pronunciou por meio do Ofício GS nº 498A (anexo 19 - doc. SEI 1051083) do Secretário de Estado da Infraestrutura, dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia, no qual se manifesta favorável à assinatura do contrato até 31 de março de 2019, alegando ser esse o tempo necessário aos trâmites legais demandados junto ao Poder Legislativo Estadual.

57. O Secretário do Meio Ambiente e de Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte encaminhou o Ofício nº 0597/2018-SEMARH-GS (anexo 20 - doc. SEI 1051083) ratificando o interesse do Estado quanto à assinatura do contrato e solicitando reunião com a SIH-MI, a qual ficou agendada para 31/10/2018. Nesta reunião o representante do estado demonstrou interesse em assinar o contrato, porém ainda não tivemos manifestação formal a este respeito. Aqui cabe destacar que a assinatura do contrato pelo Estado do Rio Grande do Norte não soluciona a questão do início de operação comercial, pois o Estado será atendido somente pelo Eixo Norte que não se encontra operacional. Porém caso as negociações com o Estado sejam positivas enfatizamos a importância da assinatura por este ente, pois mesmo que não atenda a atual condicionante reafirma os compromissos com a sustentabilidade do projeto.

58. O Secretário de Recursos Hídricos do Ceará encaminhou o Ofício nº 523/2018/GS/SRH-CE (anexo 21 - doc. SEI 1051083) em que afirma ser inviável *"qualquer possibilidade de formalização de contrato para o presente momento"*, indicando que para a *"elaboração do PGA do Estado do Ceará é condição sine qua non a efetiva conclusão das obras do Eixo Norte do PISF e, por conseguinte, o início da prestação dos serviços de adução de água bruta pela Operadora Federal (OF)"*.

59. O Diretor Presidente da Compesa encaminhou o documento CT/COMPESA/DPR nº 1228536 (anexo 22 - doc. SEI 1051083) alegando que ainda restam ajustes e providências a serem adotados pela União, antes da Operadora Estadual do Estado de Pernambuco firmar o contrato com a Codevasf, das quais destacamos (i) o recebimento definitivo da infraestrutura total, (ii) flexibilizar a garantia proposta no contrato retirando o aporte inicial e (iii) acelerar as obras do Ramal do Agreste e Adutora do Agreste.

60. É necessário enfatizar que o ano de 2018 foi atípico por se tratar de ano eleitoral, o que dificultou as negociações com os Estados, tendo em vista a indefinição sobre a continuidade dos atuais governos. E embora os governos de Paraíba, Pernambuco e Ceará tenham se mantido não vislumbramos assinatura do contrato até 31/12/2018, por tudo o que já foi exposto.

61. **Proposta de Consórcio Público**

62. Paralelamente às negociações para assinatura do contrato, a equipe técnica do MI e ANA centraram esforços na elaboração dos documentos técnicos (protocolo de intenções e lei de ratificação do protocolo) para subsidiar a discussão da proposta de constituição de um Consórcio Público pelos Estados. Como resultado foram elaboradas minuta do protocolo de intenções e de lei ratificadora do protocolo.

63. Os documentos foram apresentados e discutidos pelos atores da União e em setembro de 2018 foi iniciada a apresentação aos Estados, começando por representantes do Ceará. Estão programadas para novembro as apresentações nos demais estados.

64. Esta apresentação aos Estados tem o intuito de deixar uma proposta bem formulada e adiantada sobre a opção que foi considerada a mais robusta para O&M do PISF, de modo que as equipes de transição se interessem do assunto e conheçam todo o processo de gestão do PISF, buscando dar celeridade na implantação do modelo já no início dos novos governos a partir de 2019.

5. **CONCLUSÃO**

65. Destacamos que desde 2015 a União intensificou os esforços no âmbito do SGIB - Sistema de Gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF, em busca de atender ao Termo de Compromisso firmado com os Estados receptores das águas do PISF em 2005, e também às condicionantes da outorga de direito de uso de recursos hídricos do projeto.

66. Das obrigações recíprocas o compromisso nuclear é a responsabilidade federal sobre a implantação das obras versus a responsabilidade estadual sobre os custos operacionais do Projeto. Porém a gestão do PISF é complexa, não hierárquica, e as decisões de um parceiro comprometem o atendimento dos objetivos de todos os demais. Seu êxito envolve a coordenação dos interesses e competências de cinco entes da Federação cujas decisões são autônomas.

67. Registramos que a União tem envidado todos os esforços junto aos estados para concretizar a assinatura do contrato, por meio da Codevasf como Operadora Federal, e do Ministério da Integração Nacional como interveniente anuente, iniciando a cobrança a partir da assunção da Codevasf quando as condições de funcionamento da infraestrutura para operação comercial estiverem adequadas.

68. E conforme exposto, **devido à restrição orçamentária no exercício 2018, os avanços físicos do Eixo Leste foram inferiores ao planejado, não sendo possível concluir as intervenções necessárias para o pleno funcionamento do eixo, o que é necessário para uma operação comercial adequada.**

69. Diante do exposto, e com suporte no princípio de que a outorga de direito de uso de recursos hídricos tem como objetivo assegurar o efetivo exercício dos direitos de acesso à

água, consideramos prudente **alteração da condicionante III do art.4º, da Resolução ANA nº 411/2005, prorrogando o prazo de início da operação da primeira fase do PISF para até 31 de dezembro de 2019.**

70. Importa destacar, que diante do explanado ao longo do item 4, sugere-se veementemente que possíveis prorrogações das condicionantes não estejam mais vinculadas a resolução do modelo de gestão do PISF. Afinal, resta claro que a definição do modelo não é da governança exclusiva do Ministério da Integração Nacional.

Atenciosamente

ANTÔNIO LUITGARDS MOURA
Diretor



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Luitgards Moura, Diretor(a) do Departamento de Projetos Estratégicos**, em 14/11/2018, às 16:17, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1051541** e o código CRC **6F3956FE**.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA
Esplanada dos Ministérios - Bloco E, 9º andar, sala 905 - Brasília/DF
CEP 70067-901 - Telefone: (61) 2034-4200
agenda.sih@integracao.gov.br

Ofício nº 584/2018-SIH/MI

Brasília, 14 de novembro de 2018.

À Sua Senhoria a Senhora

CHRISTIANNE DIAS

Diretora-Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA
Setor Policial, área 5, Quadra 3, Blocos "B", "L", "M" e "T".
70610-200 - Brasília/DF

Assunto: Prorrogação do prazo de entrada em operação do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF

Senhora Diretora-Presidente,

1. **Encaminhamos o presente documento em substituição ao Ofício nº 569/2018-SIH/MI.**

2. Visando manter o Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF) em consonância com as conformidades legais exigidas, especificamente, a outorga pelo direito de uso de recursos hídricos do rio São Francisco emitida em favor do Ministério da Integração Nacional para executar o PISF; solicitamos a Vossa Senhoria a alteração da condicionante III do art. 4º da Resolução ANA nº 411, de 22 de setembro de 2005, **prorrogando o prazo de início da operação da primeira fase do PISF até 31 de dezembro de 2019.**

3. Encaminhamos em anexo a Nota Técnica nº 11/2018//DPE/SIH (em substituição à Nota Técnica nº 31/2018/CGAOH/DPE/SIH) apresentando as razões e justificativas que fundamentam tal solicitação.

4. Entre as razões para a prorrogação ora solicitada, destacamos o fato de existirem pendências de obra no Eixo Leste que influenciam no pleno funcionamento deste trecho, sendo portanto necessária a conclusão destas obras para uma operação comercial adequada.

5. Desta maneira, solicitamos compreensão desta Agência no atendimento do pleito que segue.

Atenciosamente,

MARCUS AURELIUS ARAGÃO VERAS
Secretário de Infraestrutura Hídrica



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Aurelius Aragão Veras, Secretário(a) de Infraestrutura Hídrica**, em 14/11/2018, às 16:54, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1051698** e o código CRC **E85EB7BC**.